

Reforma política. Presidente da Câmara diz que destinar recurso público permanente para campanhas é grave

Maia critica fundo e distritão

Parlamentar defende o sistema distrital misto e reprova o modelo para 2018

■ RIO DE JANEIRO. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez críticas ontem à reforma política em discussão na casa, em especial à instituição de um valor alto para o fundo público de financiamento de campanha (R\$ 3,6 bilhões), sem um debate prévio com a sociedade, e a seu caráter permanente, e não transitório. “Gera uma sinalização equivocada na sociedade, mostra que a política não quer dar soluções concretas para o futuro, mas para hoje”, disse Maia.

“A reforma não parece a melhor, pelo que a gente vê na imprensa. Houve aprovação de temas polêmicos como permanentes, que deveriam ser transitórios, como o fundo eleitoral. Infelizmente, decidiu-se manter valor alto, que a sociedade não aceita. Como um valor permanente,

acho muito grave”, afirmou Maia. Ele atacou também o fim “abrupto” do financiamento privado de campanha.

O deputado esteve ontem no Rio para abrir um painel na Fundação Getúlio Vargas (FGV) intitulado “Desafios para o Brasil: A agenda de reformas e a segurança pública no Rio de Janeiro”. Ele respondeu a perguntas e foi aplaudido.

Maia também criticou o distritão e afirmou que o sistema eleitoral brasileiro está “falido”. Mas defendeu o modelo distrital misto. “O sistema eleitoral brasileiro faliu, e o Congresso precisa fazer mudanças. Conseguir aprovar o distri-

tal misto para 2022 é maravilhoso”, afirmou. “É um sistema que deu certo na Alemanha, de fortalecimento das ideias, dos partidos e da sociedade, que fica bem representada. Equilibra os dois lados. O distritão, como está, é ruim. Não existe em quase nenhum país. Se não tiver fidelidade alta, acabaremos tendo 513 partidos”, disse Maia.

Partidos da base aliada de Michel Temer (PMDB) e também da oposição lançaram uma “frente ampla” na Câmara para tentar barrar o distritão no plenário. Por esse modelo, eleitores votarão apenas em candidatos a deputados e vereadores, sem a possibilidade de votar em partidos, e deixa de haver o quociente eleitoral; assim, são lançados menos candidatos por partido, e só os mais votados se elegem.

“Sem uma cláusula de de-

sempenho e sem financiamento privado é muito ruim. Se nós conseguirmos aprovar o sistema distrital misto em 2022, poderemos recuperar a legitimidade e a relação da sociedade com a política. Se conseguirmos, será uma grande vitória na base da democracia, que é um sistema eleitoral que possa atrair novos quadros”, disse Maia.

As novas regras só valerão para o pleito de 2018 caso sejam aprovadas por deputados e senadores até o dia 7 de outubro.

Entenda

Misto. No sistema distrital misto, metade do parlamento é formado por candidatos de distritos dentro dos Estados. A outra metade é formada por uma lista fechada dos partidos.

Magistrados

AMB dispara contra mandatos para o STF

+ BRASÍLIA. O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, criticou a aprovação, na comissão de reforma política da Câmara dos Deputados, de uma proposta que limita em dez anos o mandato dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para a AMB, se o projeto for colocado em prática, será uma afronta à Constituição, que determina o cargo vitalício aos magistrados. Pela regra atual, os ministros só se aposentam aos 75 anos, independentemente da idade que tinham ao assumirem o posto.

“A iniciativa atinge a vitaliciedade, cláusula pétrea da Constituição que garante a independência do Poder Ju-

diciário”, afirmou Oliveira.

Ainda segundo o juiz, o assunto em questão não poderia ter sido debatido em uma comissão sobre a reforma política. Ele anunciou que a AMB vai pedir aos deputados para retirar a proposta do relatório.



Jayme de Oliveira critica texto

TJM-SP/DEVULGAÇÃO

Notas

Acordo. Alinhado com os tucanos e parlamentares de uma frente antidistritão, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), avisou que o Senado não descumprirá o acordo no sentido de que o novo modelo eleitoral só valha para a eleição de 2018, como transição para o voto distrital misto, para o pleito de 2022.

Transição. Segundo Eunício, o Senado só irá aprovar a mudança aprovada na Câmara se for enviada já vinculada à regra de transição. Eunício lembrou que o sistema é bicameral (Câmara e Senado), e, apesar do prazo curto até setembro, o Senado não deixará de alterar a reforma política aprovada na Câmara, se for o caso. “Se não vier assim da Câmara, nós vamos incluir aqui no Senado”, declarou o parlamentar.

Cenário

Mudança em regras de 20 anos será difícil

+ BRASÍLIA. A comissão da reforma política na Câmara concluiu na quinta-feira a votação dos principais pontos da proposta que muda as regras eleitorais a partir do próximo ano, com a criação de um fundo público de R\$ 3,6 bilhões para as campanhas e um novo sistema eleitoral, o chamado distritão, em 2018. Em 2022, passaria a vigorar o modelo distrital.

A comissão ainda votou a fixação de mandatos de dez anos para ministros de cortes superiores, além de desembargadores de tribunais, e terá que votar alguns pontos finais, de menor importância, na semana que vem.

Os embates exibidos durante as votações, porém, deixaram claro que não será simples a aprovação da alteração na forma como os eleitores brasileiros escolhem seus representantes. A tentativa de se substituir o sistema atual, tecnicamente chamado de proporcional com lista aberta, vem sendo feita nos últimos 20 anos e sempre esbarrou na necessidade de se alcançar 308 votos entre os 513 deputados, e 49 entre os 81 senadores em duas votações.

A última tentativa foi justamente para emplacar o distritão, em 2015. Na ocasião, foram 210 votos a favor do sistema. Deputados dizem ter hoje 280.

FÁBIO MOTTA/ESTADÃO CONTEÚDO



Temor. Para Rodrigo Maia, se não houver alta fidelidade, país pode ter centenas de legendas no distritão